

INVESTIGAÇÃO

# Corrupção com alta costura

CPMI do INSS pressiona empresário e alfaiate que recebeu R\$ 24 milhões de associação envolvida em esquema bilionário

» DANANDRA ROCHA

A sessão da CPMI do INSS de ontem interrogou o alfaiate João Camargo, conhecido por vestir celebridades da televisão brasileira, e que agora passou a ser tratado como um dos possíveis responsáveis por lavar parte dos valores desviados de aposentados e pensionistas. Amparado por um habeas corpus concedido pelo ministro André Mendonça, do Supremo Tribunal Federal (STF), Camargo se recusou a responder qualquer pergunta.

A medida irritou parlamentares. O deputado Duarte Júnior (PSB-MA) foi direto: “Quem pagou R\$ 24 milhões para o senhor está roubando aposentados”, disparou. Ele também o classificou como “um dos lavadores de dinheiro do roubo dos aposentados”.

Camargo construiu carreira como alfaiate de alto padrão ao longo de duas décadas. Mas foi a atuação empresarial de Camargo que chamou a atenção da comissão. Documentos do Conselho de Controle de Atividades Financeiras (Coaf) enviados à CPMI mostram que a empresa MKT Connection Group, fundada pelo depoente da CPMI em dezembro de 2022, recebeu R\$ 24,3 milhões da Amar Brasil, entidade apontada como uma das engrenagens centrais do esquema de descontos irregulares do INSS. No mesmo período, a empresa do alfaiate devolveu cerca de R\$ 784 mil à associação.

Entre 2022 e 2025, foram 65 transações registradas entre as duas organizações, sendo 54 delas com destino à empresa de Camargo.

Geraldo Magela/Agência Senado



Senador Carlos Viana e o empresário João Camargo: Coaf identificou mais de 50 transações entre associações e empresário ouvido pela CPMI

Duarte Júnior destacou a contradição entre o silêncio do alfaiate e a facilidade em falar sobre o universo da moda: “São perguntas simples que eu acabei de fazer. Qual serviço de consultoria o João prestou para a Associação de Aposentados Amados? Ele não soube dizer. Quando eu pergunto qual roupa, qual terno você forneceu para essas celebridades, ele sabe informar. Então, está claro, todos conseguem perceber. Quando é crime, quando

é empresa de fachada, ele se cala para não incriminar”, acusou o parlamentar.

A investigação também apura o envolvimento de Camargo na empresa Kairos Representações LTDA, criada em outubro de 2023 e encerrada apenas cinco meses depois. Além dele, outros quatro sócios integravam o grupo, todos investigados pela Polícia Federal por suposta participação no desvio de recursos do INSS.

## Crianças endividadas

Durante a sessão, o senador Izalci Lucas revelou durante a sessão que milhares de crianças, algumas ainda de colo, aparecem registradas como titulares de empréstimos consignados. O parlamentar afirmou que a prática vem se repetindo há anos e que, apesar de ter levado o alerta a diversos ministérios, nenhuma medida efetiva foi tomada.

De acordo com Izalci, o cenário é alarmante. No ano passado, 694.542

menores foram vinculados a contratos de consignado. Em 2025, já são mais de 450 mil casos, incluindo bebês com poucos meses de vida inscritos como responsáveis por dívidas de longo prazo. Ele citou a história de Clara, menina de 7 anos, de Contagem (MG), que aparece associada a um débito de R\$ 38 mil, parcelado em 84 vezes.

“É totalmente inaceitável que uma criança tenha um empréstimo desse porte vinculado ao seu nome, ainda mais quando muitas



**É totalmente inaceitável que uma criança (Clara, de sete anos) tenha um empréstimo desse porte (R\$ 38 mil) vinculado ao seu nome”**

**Izalci Lucas (PL-DF), senador**

delas foram abandonadas ou sequer têm condições de entender o que está sendo feito”, criticou.

O senador Carlos Viana (Pode-mos-MG) defendeu uma medida que considera essencial para estancar prejuízos sobre aposentados e pensionistas: a suspensão, por 180 dias, da cobrança das parcelas de empréstimos consignados já contratados. Segundo ele, muitos idosos seguem pagando contratos repletos de falhas ou serviços que sequer reconhecem.

Após a oitiva de João, a comissão seguiu com o depoimento da advogada Cecília Rodrigues Mota, ex-presidente de duas das principais entidades investigadas pela Operação Sem Desconto: a Associação dos Aposentados e Pensionistas Nacional (Aapen) e a Associação dos Aposentados e Pensionistas do Brasil (AAPB).

Apontada como peça central no funcionamento das organizações, Cecília é alvo de 10 pedidos de convocação. Aos parlamentares, ela disse que tem sido colocada no “centro de especulações e de conclusões precipitadas”.

## QUESTÕES ANULADAS

# MEC aciona PF para o Enem

» RAPHAELA PEIXOTO

O Ministério da Educação (MEC) anulou três questões do Exame Nacional de Ensino Médio (Enem) de 2025 após relatos, nas redes sociais, sugerirem a antecipação de questões semelhantes às aplicadas no segundo dia do exame. A Polícia Federal foi acionada para investigar a autoria e a conduta dos responsáveis pelo compartilhamento de questões sigilosas. Segundo nota divulgada, ontem, pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), o objetivo é garantir a responsabilização por eventual quebra

de confidencialidade ou má-fé.

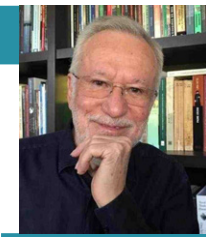
O Inep explicou que a decisão foi tomada após análise da comissão responsável pela montagem do exame. O grupo concluiu que era necessário retirar as questões para garantir a integridade da avaliação.

O Inep ainda ressaltou que o Enem utiliza a Teoria da Resposta ao Item (TRI), metodologia que exige que todas as questões passem por pré-testes. Nesse modelo, estudantes têm contato com itens que podem ser utilizados em futuras edições do exame — o que explica a existência de semelhanças.

“O Inep promove diversas estratégias para calibrar as questões que

compõe o Banco Nacional de Itens e podem ser usadas na elaboração das provas do Enem. Os processos envolvem rigorosos protocolos de segurança, que foram cumpridos em todas as etapas do exame”, reforçou o instituto.

Segundo o jornal *O Globo*, um estudante teria resolvido, cinco dias antes da aplicação do Enem 2025, questões quase idênticas às que apareceram na prova realizada no último domingo. Em suas redes sociais, Edclei Teixeira afirma participar dos pré-testes do Inep, o que lhe permitiria recordar detalhes dos itens trabalhados.



ALEXANDRE GARCIA

**O SUPREMO É O GERADOR DAS CRÍTICAS QUE RECEBE; DA PERDA DE SUA CREDIBILIDADE, DO RESPEITO. NÃO SOUBE RESISTIR, COMO ULISSES, AO CANTO DA SEREIA DA POLÍTICA, QUE OFERECE PODER E CELEBRIDADE**

# As portas do Supremo

Não foi por falta de aviso. Em 10 de setembro de 2020, quando assumiu a presidência do Supremo, o ministro Luiz Fux, experiente juiz de carreira, advertiu o Tribunal de que o ativismo judicial, a judicialização da política, estavam arrastando o Supremo a um caminho destruidor da corte suprema de justiça: “um protagonismo deletério, corroendo a credibilidade dos tribunais quando decidem questões permeadas por desacordos morais que deveriam ter sido decididas no Parlamento.”

Desde então, a situação só se agravou, com o então presidente Barroso defendendo abertamente a mudança para tribunal político. Hoje o Supremo gera mais noticiário político que o Congresso Nacional, como agora, no caso Tagliaferro. O coordenador da assessoria de combate à desinformação, no TSE, acusado de violência doméstica, teve o celular apreendido pela polícia. Depois, saíram “cobras e lagartos” do celular de Tagliaferro, por onde circularam imagens como usar a imaginação para pegars a

*Revista Oeste*. Pois Tagliaferro, agora, está no Supremo como réu, depois de ser aceita a denúncia, por Moraes, seu ex-chefe, e demais ministros da 1ª Turma. Os crimes abundam: obstrução a investigações, violação do sigilo profissional, coação em processo e até abolição violenta do Estado Democrático de Direito. Essa última ficaria bem clara se ele usasse a imaginação para impor censura à *Revista Oeste* e bloquear suas contas. Kafka não imaginaria tanto.

O editorial do *Estadão* julgou tudo um absurdo, já que o suposto atingido, ministro Moraes, é o juiz que julga seu ofensor. Ele poderia se julgar parte interessada, envolvida, e se declarar suspeito e ficar fora do caso; mesmo sem Moraes, Zanin, Carmen e Dino garantiriam que Tagliaferro se tornaria réu. Mas Moraes votou — e como relator. O *Estadão* manifestou sua discordância no editorial. O jurista Ives Gandra Martins foi além: perguntou, numa postagem, por que, em lugar de processar Tagliaferro, não se investiga o fato de um juiz aparecer como criador

de provas, em vez de julgador em função de provas. Ives Gandra pergunta por que Moraes não demonstra que está isento dessas ordens nada republicanas. Ademais, afirma ele, não há quebra de sigilo quando o artigo 37 da Constituição estabelece que a administração pública obedece ao princípio da publicidade.

Tudo isso, todo esse desgaste, todo desvio de finalidade, se deve ao fato de o Supremo ter-se considerado um ente político. Impossível. Para ter poder político, teria que ter o voto da origem do poder, a procuração do eleitor, que é dada ao chefe do Poder Executivo e a cada um dos deputados e senadores. O Supremo é o gerador das críticas que recebe; da perda de sua credibilidade, do respeito. Não soube resistir, como Ulisses, ao canto da sereia da política, que oferece poder e celebridade. O destino de um tribunal que deixa entrar a política pela porta de ingresso de seus membros é assistir à Justiça sair pela porta da frente, entregando-se ao povo, a quem deve servir.



**DESCUBRA O TÊNIS MAIS MACIO DO MUNDO!**